



Developing Innovative and Attractive CVET programmes in industrial shoe production

Relatório Comparativo sobre
Reconhecimento de
Aprendizagens Prévias
Portugal, Alemanha e Roménia

IO 2

Projeto financiado com o apoio da Comissão Europeia.

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval do seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista dos autores, e a Comissão não pode ser considerada responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

Co-financiado pelo
Programa Erasmus+
da União Europeia





Este trabalho encontra-se licenciado ao abrigo da Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License. Para visualizar uma cópia desta licença, visite: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/> ou envie uma carta para Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

Dados do Projeto:

Programa: Erasmus+

Título do Projeto: Developing Innovative and Attractive CVET programmes in industrial shoe production

Acronym: DIA-CVET

Project 2020-1-DE02-KA202-007600

Duração: 01.09.2020- 31.08.2023

Website: www.dia-cvet.eu

Editores: Andreas Saniter

Autores: DE: Sabina Krebs, Tatjana Hubel (PFI Pirmasens);
Klaus Ruth, Andreas Saniter, Vivian Harberts (ITB);
PT: Rita Souto, Cristina Marques (CTCP), Fátima Martins,
Ricardo Sousa (CFPIC), Carla Matos (CARITÉ);
RO: Aura Mihai, Bogdan Sarghie, Arina Seul (TU Iasi).

Índice

| | | |
|-----|--|----|
| 1 | Introdução | 3 |
| 2 | Reconhecimento de Aprendizagens Prévias na Alemanha, Roménia e Portugal..... | 5 |
| 2.1 | Sistemas CVET em Portugal, Alemanha e Roménia | 6 |
| 2.2 | Objetivos do Reconhecimento de Aprendizagens Prévias na Alemanha, Portugal e Roménia | 8 |
| 2.3 | Enquadramento jurídico | 8 |
| 2.4 | Autoridades Nacionais envolvidas e responsáveis pelos processos e outros promotores | 9 |
| 3 | Mecanismos do processo RPL | 11 |
| 3.1 | Visão geral..... | 11 |
| 3.2 | Diferentes mecanismos em Portugal, Alemanha, Roménia | 13 |
| 3.3 | Controle de qualidade dos processos RPL..... | 17 |
| 3.4 | Forças e fraquezas | 18 |
| 4 | Exploração das descobertas no DIA-CVET | 21 |
| 5 | Referências | 22 |

1 Introdução

Além da escola formal, as pessoas também aprendem no trabalho, na vida social, na vida cívica.

Ninguém negará que é uma perda de tempo e desmotivador que pessoas que já adquiriram alguns conhecimentos, aptidões e competências durante a sua vida escolar ou profissional tenham de os readquirir quando mudam de percurso educativo.

Tudo o que as pessoas acumulam como conhecimentos, aptidões e competências (*KSC-“Knowledge, Skills, Competences”*) nem sempre lhes é creditado para efeitos de certificação, para obtenção de um diploma. Os conhecimentos, aptidões e competências adquiridos devem ser reconhecidos, ou seja, incorporados no percurso de cada habilitação individual.

No entanto, como medir e garantir a equivalência desses conhecimentos, aptidões e competências anteriores e os requisitos do novo percurso educativo?

Importa, assim, reconhecer e validar as competências adquiridas com base na experiência de vida e de trabalho, com vista a ajudar todos os indivíduos a:

- desenhar percursos de desenvolvimento profissional e pessoal;
- legitimar e certificar socialmente aqueles KSC em termos de empregabilidade;
- aumentar o nível de qualificação reconhecido por um país/estado membro;
- facilitar a integração no mercado de trabalho;
- permitir iniciar um negócio próprio e/ou outros empregos legislados.

De facto, o reconhecimento de todas as formas de resultados de aprendizagem é uma pré-condição para criar um sistema aberto de aprendizagem ao longo da vida e para assegurar que a transição entre os subsectores da educação seja facilitada.

Desta forma, qualquer pessoa, ao longo da vida, deve poder ver os seus *KSC* avaliados e completá-los para efeito de obtenção de um diploma, podendo retomar, a qualquer momento, o seu processo de educação/formação, de acordo com as suas possibilidades e perspetivas pessoais e profissionais.

O projeto Desenvolver uma Educação e Formação Profissional Contínua Inovadora e Atrativa (DIA-CVET) integra esta temática no seu plano de trabalho, nomeadamente no Output Intelectual 2 (IO2) que prevê:

- encontrar e aplicar um método para Reconhecimento de Aprendizagens Prévias (RPL) estrutural através de:
 - análise de diferentes abordagens em diferentes países através de literatura disponível e benchmarking.
 - decisão conjunta sobre quais as abordagens a aplicar e acordar um método que deve ser traduzido para potencializar a sua disseminação e assimilação.
 - comparação das conclusões das análises de tarefas e dos currículos relevantes de Educação e Formação Profissional (EFPI) Inicial no setor do calçado dos países do projeto, para potencial Reconhecimento de Aprendizagens Prévias estrutural.

- encontrar e aplicar um método para Reconhecimento de Aprendizagens Prévias (RPL) individual através de:
 - identificar os métodos existentes para aplicar o RPL, tais como entrevistas, centros de avaliação ou amostras de trabalho.
 - decidir conjuntamente que métodos usar.
 - selecionar os candidatos à pilotagem que decorrerá no Output Intelectual 6 (IO6) dedicado à Pilotagem.

Este relatório visa comparar os mecanismos e exemplos, seguindo uma abordagem pragmática, procurando respostas para questões norteadoras como:

- O mecanismo traz benefícios reais tanto para o aluno/formando quanto para o professor/formador educacional?
- Como é que a qualidade é assegurada? Os resultados de aprendizagem anteriores (Learning Outcomes - LO) são realmente comparáveis aos novos requisitos?
- Quem é responsável pelo processo de RPL? Como são as relações entre os fornecedores da nova via e a instituição responsável pelo RPL?
- Qual dos mecanismos detetados se adequa melhor aos objetivos do projeto DIA-CVET (desenvolver, pilotar e avaliar perfis CVET na produção industrial de calçado) em termos de RPL?
- Quais dos mecanismos são, de acordo com as leis e regulamentos nacionais, legalmente aplicáveis ao CVET nos níveis 5 a 7 do Quadro Europeu de Qualificações?

Este relatório junta as abordagens portuguesa, alemã e romena e faz uma análise comparativa, centrada nas questões acima elencadas, e apresenta um mecanismo de RPL a aplicar na fase piloto do projeto DIA-CVET (IO6), aquando da escolha dos beneficiários.

2 Reconhecimento de Aprendizagens Prévias na Alemanha, Roménia e Portugal

Diferentes partes interessadas em diferentes países desenvolveram um grande número de mecanismos nos últimos anos. Este relatório apresenta brevemente os respetivos sucessos mais relevantes em Portugal, Alemanha e Roménia, os 3 países do consórcio.

Portugal

O Reconhecimento das Aprendizagens Prévias em Portugal permite o “Reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC)” adquiridas e desenvolvidas ao longo da vida por adultos, em contextos não formais e informais, com vista à obtenção de uma escolaridade (nível básico ou secundário), certificação profissional ou dupla qualificação.

Este processo é desenvolvido no âmbito da rede nacional de centros específicos - Centros QUALIFICA - promovida pelos Centros de Emprego/ Centros de Emprego e Formação Profissional da rede IEFP, IP (Instituto de Emprego e Formação Profissional). Os processos de RVCC Profissional e Escolar constituem a principal atribuição destas estruturas, a par da atribuição de proporcionar aos candidatos processos de formação/orientação educacional.

Neste contexto, o reconhecimento de aprendizagens prévias tem-se assumido, nos últimos anos, como o regresso da aposta na qualificação da população adulta portuguesa, promovendo o investimento na aproximação de centenas de milhares de pessoas numa qualificação, nomeadamente através da promoção do reconhecimento de competências e aprendizagens e a adequação dos percursos formativos aos perfis e necessidades dos indivíduos.

Acresce que, depois de décadas focado nos níveis 2, 3 e 4, em 2022 chega uma nova possibilidade de RVCC para a população ativa com nível 4 do Quadro Europeu de Qualificações (QEQ) com vontade de progredir para o nível 5. De facto, o novo regulamento do RPL em Portugal visa incentivar pessoas que deixaram percursos incompletos para que, por caminhos diferentes, possam completar os seus percursos e ver concluída a sua formação, bem como no aprofundamento das respostas de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) no âmbito do Programa QUALIFICA.

Alemanha

As qualificações formais desempenham tradicionalmente um papel muito importante no mercado de trabalho alemão. Ao candidatar-se a um emprego, a pergunta mais importante é: “Que qualificação você possui?” e não “Que aptidões você possui?”. Dois exemplos podem ilustrar essa relação, de uma certa forma estranha:

- Para trabalhar como investigador numa universidade, é necessário ter título de mestre universitário, independente da experiência na área.
- O empreendedorismo em certos setores, como o artesanato, obriga a possuir o grau de capataz de artesanato certificado na Alemanha (EQF 6).

Devem ser distinguidas duas formas diferentes de RPL: Se a frequência das aulas/cursos e aprovação nas avaliações é obrigatória ou se a aprovação nos exames é suficiente. Exemplos para o primeiro caso são a escolaridade geral e o Ensino e Formação Profissional Inicial (IVET, QEQ 3 ou 4), para o segundo caso o Ensino e Formação Profissional Contínua (CVET, QEQ 6) e, com algumas exceções, o Ensino Superior (ES, QEQ 6 ou 7).

Roménia

O reconhecimento das aprendizagens prévias é regulado pela Lei Nacional de Educação da Roménia e coordenado pela Autoridade Nacional Romena para Qualificações; uma instituição pública subordinada ao Ministério da Educação. A Autoridade Nacional Romena para Qualificações elabora o Quadro Nacional de Qualificações que visa o sistema nacional de qualificações obtidas em contextos formais, informais e não formais, permite o reconhecimento, avaliação e ligação de todos os resultados de aprendizagem e garante a coerência das qualificações e certificações.

O reconhecimento da aprendizagem prévia na Roménia é abrangido por três estratégias nacionais: Estratégia Nacional de Aprendizagem ao Longo da Vida, Estratégia Nacional para o Ensino Superior e Estratégia de Educação e Formação Romena.

A Autoridade Nacional Romena para as Qualificações também autoriza centros e órgãos de avaliação, coordena a autorização de centros de avaliação de competências profissionais e avalia e certifica os avaliadores de competências profissionais. Os centros e organismos autorizados avaliam e reconhecem as competências profissionais obtidas por outras vias que não as formais.

Para apoiar o processo de reconhecimento de aprendizagens prévias, foram desenvolvidos e disponibilizados guias adicionais: Guia do utilizador do sistema europeu de transferência e acumulação de créditos ECTS/SECT e Guia de reconhecimento de experiência profissional e qualificações adquiridas no estrangeiro.

A Roménia precisa de continuar a desenvolver o seu modelo de reconhecimento de aprendizagens prévias e a capacidade administrativa dos centros de avaliação de competências existentes precisa de ser melhorada para reconhecer as aprendizagens adquiridas em contextos não formais e informais. As instituições educativas devem desenvolver políticas de reconhecimento da aprendizagem não formal ou informal e implementá-las através de centros de consultoria, aconselhamento e reconhecimento.

Nas secções seguintes, é feita uma descrição mais concreta sobre os 3 países envolvidos.

2.1 Sistemas CVET em Portugal, Alemanha e Roménia

Quais são as qualificações com base nas quais é possível implementar processos de RPL neste momento nos 3 países envolvidos?

Portugal oferece a possibilidade de reconhecer todas as qualificações existentes no Quadro Setorial Português de Qualificações do Calçado composto por 6 qualificações:

- Operador de Fabricação de Calçado – que compreende todo o processo de produção de calçado – QEQ nível 2
- Técnico de Gestão de Produção de Calçado – QEQ nível 4
- Técnico de Manutenção de Máquinas de Calçado - QEQ nível 4
- Técnico de Produção Manual de Calçado (muito dedicado a nichos) – QEQ nível 4
- Técnico de Modelação de Calçado – QEQ nível 4
- Especialista Técnico em Design de Calçado – QEQ nível 5 que é recente e carece de referencial para RPL

Os adultos podem obter o ensino básico através do ensino recorrente, conclusão de cursos de educação e formação de adultos (EFA – Educação e Formação de Adultos), através de um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), ou através de Formação Modular Certificada (FMC). O sistema disponibiliza ainda uma oferta formativa ligada à literacia – o programa de formação em competências básicas (FCB).

Os adultos podem obter o ensino secundário através da frequência de um curso de Educação e Formação de Adultos (EFA), do processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), da Formação Modular Certificada (FM) ou de outras vias de conclusão do ensino secundário.

No RPL o resultado da comparação entre as competências demonstradas pelo candidato e as previstas no respetivo referencial de RPL permite determinar a certificação a atribuir, que pode corresponder à totalidade ou a parte das competências previstas.

Assim, a conclusão de um processo de RPL em que todas as unidades de competência foram certificadas, atribui:

- Certificado de Habilitações, caso o candidato ainda não possua a escolaridade associada ao respetivo nível de qualificação (Nível 2 - 9.º ano; Nível 4 - 12.º ano);
- Diploma de Qualificação, nível 2 ou nível 4, caso o candidato já possua a escolaridade associada ao respetivo nível de qualificação.

Caso o candidato obtenha uma certificação parcial, é também emitido um Certificado de Qualificações, que contém apenas as unidades de competência validadas e um Plano Pessoal de Qualificação (PPQ) que identifica as unidades formativas a frequentar para obter a certificação plena.

Alemanha fornece duas qualificações CVET importantes como sujeitos potenciais do RPL:

- Capataz industrial (EQF 6). Todos os perfis de capataz alemão consistem em 3 (indústria, e então as partes 3 e 4 são unidas) ou 4 (artesanato) partes:
 - Competências que se sobrepõem às vocações (empreendedorismo, contabilidade, etc.).
 - Portaria do formador VET.
 - Vocação específica, prática.
 - Vocação específica, teórica.

Os titulares de uma qualificação de EQF4 correspondente a alguns anos de experiência profissional podem inscrever-se para os respetivos exames de 3 das 4 partes, mas sem a preparação através de seminários provavelmente seriam reprovados. Oferecer esses seminários de preparação é um modelo de negócios para as câmaras de comércio alemãs e respetivas indústrias de artesanato - os participantes pagam valores elevados. Muitas vezes, parte do valor (ou mesmo o total) é pago pela empresa para a qual o candidato está a trabalhar.

- Técnico certificado pelo estado (também EQF 6). Além dos capatazes/encarregados, que são o foco do projeto DIA-CVET, existe outra qualificação CVET estabelecida: Técnicos certificados pelo Estado. Em comparação com a qualificação de capatazes, os técnicos geralmente adquirem mais conhecimento académico (ciência, materiais, etc.) e menos aptidões relevantes para a prática de trabalho. Os técnicos às vezes são chamados de “o irmão mais novo de um engenheiro”. Este relatório descarta a qualificação técnica uma vez que o DIA-CVET se centra nas Esferas de Atividade (Spheres of Activity - SoA) operacionais.

Na **Roménia** a implementação do Quadro Nacional de Qualificações da Roménia visa o sistema nacional de qualificações obtidas no ensino secundário geral, no ensino profissional e técnico, na formação profissional contínua, na aprendizagem, no ensino superior, tanto em contextos formais, informais e não formais, a partir da perspetiva da aprendizagem ao longo da vida e permite o reconhecimento, avaliação e articulação de todos os resultados de aprendizagem adquiridos em contextos formais, não formais e informais e assegura a coerência das qualificações e certificações. A existência do Quadro Nacional de Qualificações da Roménia ajuda a evitar qualificações duplicadas e sobrepostas, ajuda os alunos/formandos a tomar decisões informadas sobre o planeamento de carreiras e facilita o desenvolvimento profissional, na perspetiva da aprendizagem ao longo da vida.

2.2 Objetivos do Reconhecimento de Aprendizagens Prévias na Alemanha, Portugal e Roménia

Os objetivos do RPL em todos os 3 países são comuns, como segue:

- Aumentar o nível de qualificação profissional e educacional da população adulta.
- Melhorar os níveis de empregabilidade da população ativa.
- Incentivar a aprendizagem ao longo da vida, valorizando tudo o que foi aprendido.
- Facilitar a integração no mercado de trabalho.
- Permitir iniciar o seu próprio negócio no que diz respeito a artesanato e/ou outro trabalho legislado (para a Alemanha).

2.3 Enquadramento jurídico

Portugal

- Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto, que regula a criação e organização e funcionamento dos Centros QUALIFICA.
- Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pela Portaria n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n. 190-A/2015, de 26 de junho e 148/2016, de 23 de maio, que publica o regulamento específico do domínio do Capital Humano aplicável aos processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).
- A Portaria n.º 61/2022, de 31 de janeiro EDUCAÇÃO E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL regula o reconhecimento, validação e certificação de competências no âmbito do Programa QUALIFICA.

Alemanha

Não existe nenhuma lei formal.

O Reconhecimento de Aprendizagens Prévias, bem como de qualificações estrangeiras, são regulados através da "ordem de reconhecimento" (cp: <https://www.anererkennung-in-deutschland.de/html/en/index.php#>).

Roménia

- Sistema/mecanismo elaborado pelo Ministério da Educação através da “Lei da Educação” para reconhecimento das competências adquiridas/obtidas noutros contextos/de outras formas que não as formais;
- Autoridade Nacional Romena para as Qualificações - instituição com atribuições em reconhecimento das competências adquiridas/obtidas noutros contextos/de outras formas que não as formais.

2.4 Autoridades Nacionais envolvidas e responsáveis pelos processos e outros promotores

Em **Portugal**, a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, IP (ANQEP, IP) é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica. Tem tutela e tutela conjunta dos Ministérios da Educação, e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em coordenação com o Ministério da Economia e Transição Digital. A missão da ANQEP é contribuir para a melhoria dos níveis de qualificação de jovens e adultos em Portugal, promovendo quer uma procura crescente de qualificação escolar e profissional (dupla certificação), de nível não superior, quer uma oferta de formação inicial e formação de vida de longa duração amplamente atrativa, de boa qualidade e relevante para o mercado de trabalho (Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro).

No âmbito do Sistema Nacional de Qualificações, a ANQEP IP tem as seguintes atribuições:

- Conceber e atualizar permanentemente o Catálogo Nacional de Qualificações, instrumento que regula as qualificações de dupla certificação de nível não superior;
- Regular e dinamizar a oferta de ensino e formação profissional de dupla certificação dirigida a jovens e adultos, a oferta de ensino artístico especializado e o sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC), no âmbito escolar e profissional, dirigido a adultos;
- Promover e garantir os necessários dispositivos de informação e orientação, a complementaridade e flexibilização dos sistemas de educação e formação profissional e a qualidade das referidas ofertas, em articulação com as demais entidades responsáveis por estas matérias;
- Coordenar a conceção de percursos, desenvolvimento curricular e metodologias específicas de ensino e formação profissional de dupla certificação dirigida a jovens e adultos e processos de RVCC;
- Participar no desenvolvimento de referências para a formação inicial e contínua de professores, formadores e outros profissionais envolvidos na qualificação de jovens e adultos;
- Contribuir para a comparabilidade internacional de qualificações e mobilidade entre sistemas de educação e formação profissional de jovens e adultos, através de mecanismos de representação e cooperação a nível europeu e internacional.

Os Centros Qualifica apoiam a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, IP (ANQEP, IP), no que respeita à definição das suas competências específicas dos critérios de estruturação da rede e implementação de mecanismos de acompanhamento e monitorização da oferta educativa e formativa.

Eles são responsáveis por:

- Informação, orientação e encaminhamento de candidatos, nomeadamente para ofertas de ensino e formação profissional, com base nas diferentes modalidades de qualificação e procurando adequar as ofertas existentes aos perfis, necessidades, motivações e expectativas dos candidatos e à dinâmica do mercado de trabalho;
- Reconhecimento, validação e certificação de competências desenvolvidas por adultos ao longo da vida por vias formais, informais e não formais, em ambiente escolar, profissional ou de dupla certificação, com base nos referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações;
- O desenvolvimento de ações de informação e divulgação dirigidas a jovens e adultos, empresas e outros empregadores, sobre as ofertas de educação e formação disponíveis para profissionais e sobre a relevância da aprendizagem ao longo da vida;
- Estimular e participar em redes de parceria de base territorial que contribuam, no âmbito da educação e formação profissional, para uma atuação mais integrada e consistente, na identificação de necessidades concretas de qualificações e na organização de respostas úteis para as populações, nomeadamente que facilitem a sinalização e identificação dos jovens que se encontram fora do sistema de educação e formação e promoção do seu percurso para respostas de qualificação adequadas;
- Acompanhamento do percurso dos candidatos referenciados às ofertas de qualificação.

Na **Alemanha**, existem 79 Câmaras regionais habilitadas a realizar RPL em EFP.

- Para o Educação e Formação Profissional Inicial (EFPI) o IVET, comparam as diferenças entre as qualificações estrangeiras ou os resultados de aprendizagem de trabalhos anteriores de trabalhadores não qualificados e os currículos da vocação aspirada. Posteriormente, eles decidem quais partes da qualificação devem ser adquiridas para poderem participar do exame.
- No CVET, cabe a eles verificarem se o portador de certificado de mestre capataz de outro setor pode dispensar partes dos exames.

No Ensino Superior (ES), cada universidade aplica as suas próprias regras.

Na **Roménia**, o reconhecimento da aprendizagem prévia é regulado pela Lei Nacional de Educação e coordenado pela Autoridade Nacional Romena para as Qualificações (em Ro: Autoritatea Nacional Pentru Calificari – ANC).

O reconhecimento de aprendizagens prévias é regulado por enquadramento legal e procedimentos:

- Enquadramento jurídico:
 - sistema/mecanismo elaborado pelo Ministério da Educação através da “Lei da Educação” para o reconhecimento das competências adquiridas/obtidas noutros contextos/de outras formas que não as formais/não formais;
 - Autoridade Nacional Romena para as Qualificações - instituição com atribuições em reconhecimento das competências adquiridas/obtidas noutros contextos/de outras formas que não as formais/não formais.
- Procedimentos desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Ministério do Trabalho.

Em relação ao Reconhecimento de Aprendizagem Prévia, a Autoridade Nacional Romena para Qualificações tem as seguintes responsabilidades:

- autoriza centros e organismos de avaliação, com base em relatórios de avaliação elaborados por avaliadores externos;
- coordena a autorização de centros de avaliação de competências profissionais e a certificação de avaliadores de competências profissionais;
- avalia e certifica os avaliadores de competências profissionais, os avaliadores de avaliadores e os avaliadores externos;
- elabora o Registo Nacional de avaliadores de competências profissionais, avaliadores de avaliadores e avaliadores externos certificados.

3 Mecanismos do processo RPL

3.1 Visão geral

Portugal

O reconhecimento de competências consiste na identificação das competências desenvolvidas ao longo da vida, em contextos formais, não formais e informais, através do desenvolvimento de atividades específicas e da aplicação de um conjunto de instrumentos de avaliação adequados, através dos quais o candidato comprova a aprendizagem previamente realizada, nomeadamente através da construção de um portefólio reflexivo e documental.

Nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências escolares, o portefólio é um instrumento de natureza reflexiva, no qual se evidenciam as competências adquiridas pelo candidato ao longo da vida, que agrega documentos de natureza biográfica e curricular, de forma a permitir a validação do mesmo em relação aos requisitos de competência é documentada.

Nos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais, o portefólio agrega documentos e outros suportes comprovativos destinados a demonstrar competências e a comprovar as realizações profissionais. Pode ainda ter uma dimensão reflexiva consoante o perfil do candidato, de forma a permitir a sua validação face ao referencial de competências profissionais.

A validação de competências compreende a autoavaliação do candidato e a avaliação realizada pelos formadores ou docentes das diferentes áreas, formalizada em reunião convocada e presidida pelo coordenador do Centro QUALIFICA.

O processo de reconhecimento, validação e certificação de competências deve ser registado em instrumentos padronizados, com base em modelo definido pela ANQEP, IP – PASSAPORTE QUALIFICA.

Do portefólio, em suporte papel ou eletrónico, deve constar cópia de todos os instrumentos mobilizados no processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, bem como dos relatórios que suportam a validação de competências.

Alemanha

Quando se fala em Reconhecimento de Aprendizagens Prévias (RPL), há que distinguir duas formas distintas de aquisição regular de qualificações:

- se é obrigatória a frequência das aulas/cursos e aprovação nas avaliações – Exemplo: escolaridade geral e Educação e Formação Profissional Inicial (EFPI, QEQ 3 ou 4);
- se passar nos exames é suficiente. Exemplo: Ensino e Formação Profissional Contínua (CVET, QEQ 6) e, com algumas exceções, Ensino Superior (ES, QEQ 6 ou 7).

De uma perspetiva quantitativa, o RPL na Alemanha é mais importante no EFPI, portanto no IVET: trabalhadores não qualificados ou semiquilificados com vasta experiência de trabalho ou pessoas qualificadas em outros países sem acordos bilaterais de aceitação de qualificações podem provar que aprenderam o que um aprendiz médio na Alemanha aprendeu .

Para isso, existem diferentes opções:

1. O trabalhador pode obter informações no site “Reconhecimento na Alemanha” (<https://www.anererkennung-in-deutschland.de/html/en/index.php#>). Neste site ele pode descobrir se é possível inscrever-se numa avaliação de equivalência para obter um certificado de equivalência da sua qualificação profissional para a Alemanha. Demora cerca de 1-3 meses e custa aproximadamente 100-600 Euros.
2. Se não houver prova suficiente de que a qualificação estrangeira é equivalente à alemã, também é possível (se certos requisitos formais forem atendidos) realizar os exames finais de um aprendizado regular (exame externo/Externenprüfung (cp. IHK 2022)).
3. Se da avaliação da prova laboral resultar que faltam algumas esferas de atividade da vocação correspondente, poderão ser negociados certos complementos; por exemplo, para participar de seminários ou realizar treinamentos práticos para fechar a lacuna de aptidões nessas esferas antes de ser aceito como candidato externo a exames.

Roménia

O processo de avaliação das competências profissionais obtidas por outras vias que não as formais têm as seguintes características:

- é um processo voluntário;
- refere-se às normas de formação ocupacional/profissional;
- para cada unidade de competência, a avaliação é concluída com o resultado "competente" ou "ainda não competente".

As competências profissionais podem ser avaliadas e certificadas por pessoas jurídicas autorizadas de direito público ou privado (romeno ou estrangeiro) que desejem realizar atividades de avaliação e certificação de competências profissionais obtidas de outras formas que não as formais, completadas por certificados de competência com autoridade nacional reconhecimento.

As pessoas jurídicas estão autorizadas para ocupações/qualificações para as quais existam padrões de formação ocupacional/profissional existentes e podem avaliar todas as unidades de competência dentro de um padrão ocupacional/formativo ou apenas para uma ou mais unidades de competência desse padrão, dependendo da solicitação da pessoa preocupado.

3.2 Diferentes mecanismos em Portugal, Alemanha, Roménia

Portugal

O processo RPL em Portugal caracteriza -se por ser uma intervenção muito centrada e orientada para o indivíduo, nas seguintes fases fundamentais:

Registo - O acolhimento consiste no atendimento, no registo e no esclarecimento dos candidatos sobre a missão e âmbito de intervenção do Centro QUALIFICA.

Diagnóstico - O diagnóstico consiste na análise do perfil do candidato, nomeadamente através de sessões de esclarecimento, análise curricular, avaliação do respetivo percurso de vida e experiência profissional, ponderação das suas motivações, necessidades e expectativas, aplicação de testes de diagnóstico, realização de entrevistas individuais e coletivas ou recurso a outras estratégias apropriadas, dependendo se jovem ou adulto.

Informação e orientação - O processo de informação e orientação visa apoiar o candidato na identificação de projetos individuais de educação e formação profissional e disponibilizar a informação necessária que lhe permita escolher a resposta que melhor se adequa ao seu perfil e que contribua para viabilizar de forma realista os caminhos do aprofundamento dos estudos e/ou inserção no mercado de trabalho.

Encaminhamento - O encaminhamento para uma oferta de formação, formação profissional ou dupla certificação resulta de um acordo entre a equipa do Centro QUALIFICA e o candidato, com base num diagnóstico prévio do processo e/ou orientação.

Formação - Os candidatos devem frequentar formação complementar, nomeadamente no desenvolvimento do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, assegurada pelos formadores ou docentes da equipa do Centro QUALIFICA ou por outras entidades formadoras para as quais os candidatos sejam encaminhados. O número mínimo de horas de treinamento adicional que os candidatos devem frequentar é de 50 horas.

Reconhecimento de competências - consiste na identificação das competências desenvolvidas pelo adulto ao longo da vida, em contextos formais, não formais e informais, tendo como suporte um quadro de competências. Para efeitos de reconhecimento de competências escolares e profissionais, o adulto elabora um portefólio reflexivo e documental que, de forma estruturada, agrega documentos de natureza biográfica e curricular. No âmbito do processo de reconhecimento de competências, para além da mobilização dos instrumentos de avaliação disponibilizados pela ANQEP, IP, a equipa do Centro QUALIFICA pode ainda mobilizar outros instrumentos de avaliação considerados necessários, consoante o perfil do candidato. Os adultos devem participar ativamente no processo de reconhecimento, sendo responsáveis pela defesa do processo, fornecer provas adicionais se necessário e poder realizar uma autoavaliação das suas competências.

Validação de competências - consiste na verificação e avaliação das competências dos candidatos face às competências definidas no respetivo referencial. Para efeitos do disposto no número anterior, a utilização de instrumentos de avaliação especificamente concebidos para o efeito, de acordo com os respetivos referenciais. A validação referida nos números anteriores é formalizada em sessão de validação convocada e presidida pelo coordenador do Centro QUALIFICA, com a presença de elementos da equipa envolvida no respetivo processo, e da qual são lavradas atas.

Certificação de competências - A certificação de competências validadas pressupõe a apresentação do candidato perante um júri de certificação, constituído nos termos do artigo seguinte, a convocar pela entidade promotora do Centro Qualifica. A decisão do júri quanto à certificação de competências é baseada no desempenho do candidato numa prova de certificação, conjugada com a análise do portefólio e dos instrumentos de avaliação aplicados na fase de reconhecimento e validação de competências. Na certificação de competências escolares, a certificação por prova consiste na apresentação, perante o júri, de uma exposição e reflexão subordinada a um tema integrador trabalhado no âmbito do portefólio que evidencie conhecimentos e competências das diferentes áreas de competências chave do respetivo referencial. Na certificação de competências profissionais, a prova de certificação consiste numa demonstração eminentemente prática, perante o júri, das competências detidas no âmbito das competências profissionais. A certificação de competências pode ser total ou parcial, ocorrendo esta última sempre que não se verifiquem os pressupostos abaixo referidos. Obtendo a certificação escolar completa, verifica-se sempre que o candidato:

- No nível básico, certificar todas as unidades de competência listadas na estrutura de competências-chave do nível em que se propõe;
- No nível secundário, certifique pelo menos duas competências em cada unidade de competência de cada área de competência chave.

A obtenção de uma certificação profissional plena depende da certificação de todas as unidades de competência, identificadas no quadro de competências profissionais em causa. As orientações metodológicas e as normas regulamentares relativas à fase de certificação de competências são elaboradas e publicadas pela ANQEP, IP O Centro QUALIFICA arquiva cópia e/ou registo da prova de certificação realizada pelo candidato.

Alemanha

Existem 2 mecanismos principais aplicados a todas as áreas educacionais:

- A. RPL geral/estrutural: Cada titular de uma determinada qualificação recebe uma isenção. Uma abordagem não burocrática, aplicada a diferentes níveis:

EFPI: Cada aprendiz com boas notas e/ou diploma de ingresso na universidade (Abitur) pode encurtar a duração de seu programa de aprendizagem em ½ ano.

IVET: O certificado de qualificação de 2 anos/EQF nível 3 (em nosso setor o trabalhador de processamento de couro/ Fachkraft Lederverarbeitung) é totalmente credenciado com as correspondentes qualificações de nível 4 de 3 anos/EQF (em nosso setor, o sapateiro industrial/ industrial Schuhfertiger). Caso os trabalhadores do beneficiamento de couros queiram passar para o nível 4, devem participar apenas no terceiro (último) ano deste programa de aprendizagem.

CVET (EQF 6): Um titular de qualquer qualificação de capataz (EQF6) está isento de exames na parte 2 (de longe a menor) (ordem de formador VET) ao adquirir a qualificação de capataz em outro setor.

HE (EQF 6/7): Os alunos que mudam seus programas (por exemplo, de engenharia para professor técnico VET) estão isentos de lições já aprendidas no programa anterior. Os alunos qualificados em programas técnicos de EFPI/CVET estão dispensados de algumas aulas teóricas, como desenho técnico.

Todos os exemplos elaborados baseiam-se em currículos/exames idênticos ou em boas práticas estabelecidas; portanto, nenhuma medida adicional de garantia de qualidade (GQ) é aplicada.

- B. O RPL individual aplica-se principalmente quando se trata de isenções de visitar cursos ou seminários ou de realizar um estágio, pelo que desempenha apenas um papel menor no CVET. Exemplos interessantes são:

Conforme redigido acima, RPL em EFPI (EQF3/4): Trabalhadores com experiência ou qualificados em outros países sem aceitação bilateral de qualificação podem se inscrever em sua câmara local para RPL por meio de um portfólio. Como a Alemanha tem 79 câmaras (responsáveis por sua região), as medidas aplicadas são múltiplas e muitas vezes não seguem os princípios do QA; o mercado de trabalho local e as convicções políticas nebulizam as medidas objetivas. Em regiões da Alemanha, onde a falta de trabalhadores qualificados já é óbvia, as câmaras desenvolveram conceitos generosos: aceitam muitas provas e oferecem suporte sob medida para passar nos exames. Por outro lado, nas regiões mais pobres, os trabalhadores não qualificados, especialmente do estrangeiro (refugiados), são vistos como concorrentes: Os burocratas das câmaras regionais e outras partes interessadas são brilhantes a lançar obstáculos nos processos do RPL.

CVET (EQF 6): O titular de qualquer qualificação de capataz (EQF6) pode ser dispensado dos exames da parte 1 (competências vocacionais sobrepostas) ao adquirir a qualificação de capataz noutro setor. Comparável à abordagem aplicada pelas câmaras esboçada acima, a aceitação e o procedimento dependem fortemente do setor e da região.

1. "A pedido, o órgão competente pode dispensar o candidato do exame na seção de exame "Competências vocacionais" [...] ou instituição educacional reconhecida pelo estado, ou perante uma banca examinadora estadual, que atenda aos requisitos do conteúdo do exame relevante sob esta Portaria. Na área do exame de contramestre não existe (na sua maioria) reconhecimento automático, mas existe uma isenção após exame de caso individual pela comissão. A decisão também se aplica naturalmente a casos comparáveis. Como os exames geralmente são estruturados de maneira diferente, no entanto, um campo de atividade geralmente não é totalmente coberto. As isenções mais prováveis estão nas áreas de processamento de pedidos ou gerenciamento de operações." (tradução própria da resposta da câmara responsável pelo setor de calçados industriais.)
2. Assim, uma isenção completa do exame é dificilmente possível – independentemente das qualificações anteriores. Aqui é importante destacar novamente que o CVET é um modelo de negócios para câmaras e provedores educacionais: Pessoas qualificadas por meio do EFPI correspondente e com uma certa experiência de trabalho (6 meses ou 1 ano) podem se inscrever para os exames sem frequentar nenhum curso. Mas os exames estão tão próximos dos cursos que a maioria dos candidatos seria reprovada. A razão é muito simples: as pessoas, participando apenas no exame, têm de pagar uma propina de 550€ (2019) – se também frequentarem os cursos, têm de pagar adicionalmente 7380€ (2019).

HE (EQF 6/7): Os alunos que já estudaram noutra faculdade, noutro país ou têm experiência como trabalhadores qualificados podem candidatar-se a um RPL individual. Novamente, não existem medidas gerais ou confiáveis de QA; depende fortemente da pessoa responsável pelo RPL. Um efeito colateral bastante curioso das reformas de Bolonha, visando (além de outros) aumentar a mobilidade transnacional, pode ser relatado: antes de Bolonha, os alunos que passavam um semestre no exterior dependiam da boa vontade de seus professores quando se falava em reconhecimento de seus resultados de aprendizagem (LO) do exterior. Hoje em dia, com todas as descrições detalhadas dos módulos, que diferem pelo menos ligeiramente de universidade para universidade, professores relutantes têm evidências de não aceitação...

Roménia

Mecanismo de avaliação de competências profissionais:

- As pessoas que pretendam ser avaliadas para reconhecimento das suas competências profissionais obtidas por outras vias que não as formais, dirijam-se a um centro credenciado para a respetiva profissão/qualificação.
- Cada candidato apresenta uma inscrição por escrito ao centro autorizado.
- A cada candidato é atribuído um avaliador de competências profissionais, responsável pela implementação de todo o processo de avaliação.
- Antes de entrar no processo de avaliação, o candidato analisa, assistido pelo avaliador de competências profissionais, o seu próprio desempenho profissional relativamente ao conteúdo da norma de formação ocupacional/profissional.
- Consoante o resultado da autoavaliação, o avaliador de competências profissionais recomenda ao candidato que entre no processo de avaliação para a totalidade da norma ou para parte da norma profissional ou que não entre no processo de avaliação.
- A decisão de ingresso no processo de avaliação é do candidato, que anexa à candidatura apresentada a lista das unidades de competência para as quais pretende ser avaliado e a lista das unidades de competência do padrão profissional.
- seguindo requisitos legais, cada centro estabelece uma forma concreta de avaliação, de forma que os métodos aplicados demonstrem a competência como um todo.
- É obrigatório que o teste escrito e um método de demonstração prática de competência façam parte de qualquer combinação de métodos escolhidos pelo centro /avaliador de competências profissionais.

O processo de concessão de créditos tem quatro etapas principais:

1. Aconselhamento e orientação inicial (processo, custos, funções e responsabilidades, percursos de aprendizagem);
2. Apoio (compreensão e identificação de resultados de aprendizagem, recolha e seleção de evidências);
3. Reconhecimento/avaliação de evidências relativas a resultados de aprendizagem;
4. Concessão de créditos.

Para reconhecer a experiência profissional e as qualificações adquiridas no estrangeiro, um guia abrange os seguintes cenários:

1. Reconhecimento/equivalência de diplomas pré-universitários e universitários;
2. Reconhecimento da experiência profissional adquirida na UE, EEE ou Confederação Suíça;
3. Reconhecimento de certificado de qualificação adquirido fora do sistema educativo, através de entidades de formação profissional/ centro de avaliação de competências autorizadas;
4. Reconhecimento de experiência anterior (com/sem documentos comprovativos) com ou sem certificado de qualificação.

3.3 Controle de qualidade dos processos RPL

Portugal

A monitorização e avaliação do funcionamento e atividade dos Centros QUALIFICA é da responsabilidade da ANQEP, IP. O funcionamento, resultados e impactos decorrentes da atividade dos Centros de QUALIFICA. A rede de centros pode ser sujeita a avaliação externa regular, a contratar com entidades de reconhecido mérito e competência científica.

Alemanha

Todos os exemplos acima descritos de RPL *estrutural* baseiam-se em currículos/exames idênticos ou boas práticas estabelecidas; portanto, nenhuma medida adicional de garantia de qualidade (QA) é aplicada.

As leis não regulam os exemplos de RPL individuais, quaisquer medidas de QA cabem à instituição que as reconhece.

Roménia

Para assegurar a compatibilidade dos resultados de aprendizagem anteriores com os requisitos existentes, o processo de reconhecimento tem de reportar aos padrões ocupacionais/formativos existentes que são constantemente atualizados e os centros de avaliação de competências devem ser constantemente monitorizados pela Autoridade Nacional para as Qualificações.

3.4 Forças e fraquezas

Portugal

O RPL em Portugal, também denominado RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) é um processo bem estruturado assente num PROGRAMA (Programa Qualifica) e Referencial desenvolvido, implementado por equipas bem formadas (Centros QUALIFICA), com intervenções noticiadas no Passaporte Qualifica.

O referencial será renovado num futuro muito próximo.

Um dos pontos fracos foi o intervalo do nível das qualificações do QEQ possíveis de aplicar – de 1 a 4. Com o novo regulamento em vigor em fevereiro de 2022, o nível é alargado para 5.

O programa é flexível e dedicado a uma ampla gama de público-alvo, principalmente adultos no mercado de trabalho.

Forças

- Processo bem estruturado baseado num PROGRAMA (QUALIFICA)
- O programa é flexível e dedicado a uma ampla gama de público-alvo, principalmente adultos no mercado de trabalho.
- Processo de RPL centrado no indivíduo
- Existência de Passaporte QUALIFICA
- Referencial para o processo RPL

Fraquezas

- Intervalo de níveis de qualificações do QEQ possíveis de aplicar – de 1 a 4

Oportunidades

- Agora a ser estendido para o nível 5 EQF
- Novos referenciais estão chegando

Ameaças

n/a

Alemanha

Forças

- RPL estrutural bem estabelecido.
- Muitas opções de RPL individual.

Fraquezas

- Relevância esmagadora das qualificações formais.
- RPL individual sem padrões de QA e dependendo da boa vontade da instituição competente.

Oportunidades

- Opções de aprendizado mútuo com outros países.
- A falta de trabalhadores qualificados pode acelerar o sistema inerte alemão

Ameaças

- As qualificações CVET estabelecidas e reconhecidas podem ser contestadas por certificados "plug and play".

Roménia

De acordo com a Estratégia Nacional para a Aprendizagem ao Longo da Vida, para facilitar a transição entre os subsectores do sistema de ensino, o reconhecimento de todas as formas de aprendizagem é um pré-requisito e um sistema bem estabelecido de reconhecimento da aprendizagem prévia é essencial para o uso eficiente da Qualificação Nacional Estrutura. A Roménia precisa de continuar a desenvolver o seu modelo de reconhecimento da aprendizagem anterior e a capacidade administrativa dos centros de avaliação de competências existentes precisa de ser melhorada para reconhecer a aprendizagem adquirida em contextos não formais e informais. Uma opção para melhorar a estrutura de reconhecimento da aprendizagem é ampliar a cobertura geográfica desses centros. Parte das medidas de melhoria deve ser concebida para informar os potenciais beneficiários sobre os benefícios do processo de avaliação e certificação e a oportunidade de melhorar suas chances no mercado de trabalho. Adicionalmente, é importante que a formação ministrada por entidades do setor público seja validada e certificada. Para apoiar os alunos na preparação dos seus portefólios, as instituições de ensino devem desenvolver políticas de reconhecimento da aprendizagem não formal ou informal que incluam elementos como aconselhamento, feedback para os alunos sobre os resultados da avaliação e a possibilidade de interposição de recurso. Essas políticas devem ser implementadas por meio de centros de consultoria, aconselhamento e reconhecimento.

Forças

- Sistema bem estabelecido para reconhecer a aprendizagem anterior

Fraquezas

- Capacidade administrativa dos centros de avaliação de competências existentes.

Oportunidades

- Desenvolvimento adicional do modelo para reconhecer a aprendizagem anterior
- Alargar a cobertura geográfica dos centros do RPL.
- Melhorar a informação aos potenciais beneficiários sobre os benefícios do processo de avaliação e certificação e a oportunidade de melhorar as suas oportunidades no mercado de trabalho.
- Formação ministrada por organismos do setor público a validar e certificar.
- Desenvolver políticas de reconhecimento da aprendizagem não formal ou informal que incluam elementos como aconselhamento, feedback dos alunos sobre os resultados da avaliação e possibilidade de interposição de recurso

Ameaças

4 Exploração das descobertas no DIA-CVET

Quais desses mecanismos podem ser implementados nos níveis CVET 5 ou 6, respetivamente, de acordo com os regulamentos nacionais para esses níveis?

Portugal

De acordo com a legislação, o mecanismo de reconhecimento de aprendizagens prévias incide no sistema nacional de qualificações de 1 a 5, não incluindo o nível 6. É viável candidatar-se ao nível 5 do RPL profissional.

Alemanha

Como o objetivo do DIA-CVET na Alemanha não é inventar um novo sistema, mas reviver o capataz industrial do sapateiro, recomendamos a aplicação dentro do DIA-CVET de mecanismos comparáveis aos descritos acima. A abordagem do DIA-CVET é mais modular (5 ou 6 módulos a serem testados nos países participantes); assim, os participantes que já aprenderam o conteúdo de uma Esfera de Atividade independente do setor (por exemplo, gestão ambiental) em outro lugar devem receber reconhecimento estrutural para esta esfera.

Roménia

De acordo com a legislação, o mecanismo de reconhecimento de aprendizagens prévias visa todo o sistema nacional de qualificações (abrangendo o ensino secundário geral, o ensino profissional e técnico, a formação profissional contínua, a aprendizagem e o ensino superior) obtidas em contextos formais e em contextos informais e não - formais, na perspetiva da aprendizagem ao longo da vida. É então possível testar o nível 5 a 6 correspondente.

5 Referências

Portugal

Portaria n.º 232/2016, de 29 de agosto, que regula a criação e organização e funcionamento dos Centros QUALIFICA.

Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, alterada pela Portaria n.º 181-A/2015, de 19 de junho, n.º Despachos n.ºs 190-A/2015, de 26 de junho e 148/2016, de 23 de maio

Portaria n.º 61/2022 de 31 de janeiro EDUCAÇÃO E TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Catálogo Nacional de Certificação

Site ANQEP PI

site do IEFP

Alemanha

IHK (2022): <https://www.ihk.de/schwaben/produktmarken/meine-pruefung/ausbildungspruefungen/besondere-wege-zum-abschluss/externenpruefung-553400>

portaria de reconhecimento: <https://www.anerkennung-in-deutschland.de/html/en/index.php#>

Roménia

Lei Nacional de Educação da Roménia,
https://edu.ro/sites/default/files/_fi%C8%99iere/Legislatie/2020/LEN_actualizata_octombrie_2020.pdf

Autoridade Nacional Romena para Qualificações, <http://www.anc.edu.ro/>

Estratégia Nacional de Aprendizagem ao Longo da Vida 2015-2020,
<http://www.anc.edu.ro/wpcontent/uploads/2019/11/strategia-de-invatare-pe-tot-parcursul-vietii-2015-2020.pdf>

Estratégia Nacional para o Ensino Superior 2015-2020,
<http://www.anc.edu.ro/wpcontent/uploads/2019/11/Strategia-Na%C8%9Bional%C4%83-pentru-%C3%8Env%C4%83%C8%9B%C4%83m%C3%A2nt-Ter%C8%9Biar-2015-2020.pdf>

Estratégia romena de educação e treinamento no período 2016-2020,
<http://www.anc.edu.ro/wpcontent/uploads/2019/11/Strategia-Educa%C8%9Biei-%C8%99i-Form%C4%83rii-Profesionale-dinRom%C3%A2nia-%C3%AEEn-perioada-2016-2020.pdf>

Registo Nacional de Qualificações, <http://www.anc.edu.ro/rncp/>

Registo Nacional de Provedores de Formação Profissional para Adultos,
<https://www.edu.ro/registrulna%C8%9Bional-al-furnizorilor-de-formare-continu%C4%83-actualizat>

Guia para o usuário do sistema europeu de transferência e acumulação de créditos ECTS / SECT,
https://www.upt.ro/img/files/legislatie/2019/Anexa_la_OMEN_5146_Ghid_de_studii.pdf

Guia para reconhecimento de experiência profissional e qualificações adquiridas no exterior,
<https://cnred.edu.ro/ro/Ghid-recunoastere-experienta-profesionala-si-calificari-dobandite-in-strainatate>